

Nexus Econômicos
v. 16, n. 2, jul-dez. 2022
p. 94–124
doi.org/10.9771/rene.v16i2.55837



O debate contemporâneo sobre troca desigual: crítica de uma proposta para atualizar a teoria marxista da dependência negando as transferências de valor

*The contemporary debate on unequal exchange: critique of a
proposal to update the Marxist dependency theory in which
the value transfers hypothesis is denied¹*

Leonardo Leite²
Patrick de Paula³
Hugo Corrêa⁴

Resumo: Este trabalho analisa algumas das principais críticas à noção de transferência de valor presente na Teoria Marxista de Dependência. Para isso, apresenta um conjunto de teorias contemporâneas que busca rejeitar a clássica tese dependentista da troca desigual a partir da transferência de valor. Os principais argumentos contrários à possibilidade de transferência de valor são submetidos a críticas fundamentadas na teoria do valor marxiana, concluindo-se que esse conjunto de teorias contemporâneas não é capaz de desafiar a tese da transferência de valor.

¹ Este texto é uma versão revisada de artigo apresentado no XXVIII Encontro Nacional de Economia Política (ENEP) e em seminário interno do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), ambos realizados entre junho e julho de 2023. Foram feitas modificações de forma e conteúdo no artigo original a partir dessas discussões, motivo pelo qual agradecemos especialmente aos colegas Eduardo Sá Barreto e Jônatas Aarão, que leram e contribuíram com críticas e sugestões, além dos participantes da Sessão Ordinária *Crítica da Economia Política em Debate* no ENEP 2023.

² Professor na Faculdade de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx).

³ Doutor em Economia pela UFF, professor substituto no Instituto de Economia da UFRJ e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx).

⁴ Professor na Faculdade de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Autor(a) correspondente, Email: hcorreia@id.uff.br.

Palavras-chave: Teoria marxista da dependência; Dependência; Troca desigual; Teoria do valor.

Abstract: This paper seeks to analyse some of the main criticisms of the notion of value transfers in the Marxist Theory of Dependency. To do so, it presents a set of contemporary theories that seek to reject the classic dependentist thesis of unequal exchange based on the transfer of value. The key arguments against the possibility of value transfers are subjected to a critique focused on its foundations in the Marxian theory of value, concluding for the validity of the perspective within the Marxist Theory of Dependency which have the different possibilities of value transfers as their object of analysis.

Keywords: Marxist theory of dependence; Dependence; Unequal exchange; Value theory.

JEL codes: B24; B51; P45.

I Introdução

O debate sobre a existência de um processo de troca desigual entre nações no mercado mundial foi um dos campos mais profícuos de discussão no campo crítico das ciências econômicas e, em particular, no campo dos estudos marxistas. No primeiro, influenciou decisivamente toda uma série de interpretações na chamada Economia do Desenvolvimento, especialmente (mas não exclusivamente) após a intervenção de Prebisch e dos demais economistas associados à Cepal na questão da deterioração dos termos de troca (OCAMPO; PARRA, 2009). No segundo, deu origem a distintas ramificações e intensos debates envolvendo diversos expoentes do marxismo na segunda metade do século XX (CAPUTO; PIZARRO, 1970; MANDEL, 1982; AMIN et al., 1990). Uma dessas ramificações se apresentou na América Latina por meio da formulação da Teoria Marxista da Dependência (TMD), que tem sido alvo de renovado interesse nos últimos anos (SANTOS, 1970; CARCANHOLO, 2013; MARINI, 2005).

Nessa renovação, muito se discute sobre os condutos pelos quais parte do valor produzido na periferia dependente é apropriado nas economias centrais, mas não se questiona a própria existência das transferências de valor (LEITE; ALVES, 2022). Ou melhor, não se questionava. Mariano Féiz (2021), um adepto da teoria marxista da dependência, publicou recentemente em um dos periódicos marxistas de maior circulação, a revista inglesa *Historical Materialism*, um artigo no qual praticamente rejeita a categoria da transferência de valor. Ele revisita o debate sobre a troca desigual, em que dá particular atenção ao exame da TMD e ao resgate que desta se tem feito. Nossa

inquietação com o artigo de Féliz, e por isso ele é o objeto principal desta pesquisa, é que a comunidade científica latino-americana ligada ao tema é majoritariamente defensora da categoria da transferência de valor como elemento chave para compreender a dependência e o subdesenvolvimento latino-americano. A título de ilustração, podemos citar os trabalhos de Carcanholo e Amaral (2008), Osório (2016; 2017), Rho e Branca (2019), Duarte (2021), Moraes e Almeida (2021), dentre outros. Recentemente, algumas pesquisas empíricas, como Breda (2020) e Franklin e Borges (2020), tentam demonstrar a existência das transferências de valor.

Kvangraven (2021) faz um extenso *survey* da literatura sobre dependência. Ela toma a teoria da dependência como um programa de pesquisa para discutir se tal programa é relevante no mundo atual. Por mais que essa abordagem metodológica seja incongruente com uma análise marxista, e, por isso, possa ser confrontada criticamente em pesquisas futuras, na área da filosofia da ciência, suas indicações sobre o que seriam o núcleo e as hipóteses auxiliares do programa da dependência podem ser úteis para percebermos o sentido conflitivo da proposta de Féliz (2021). Pois, o que o próprio sugere seria uma tentativa de rivalizar no núcleo do programa. Para Kvangraven, que reivindica uma abordagem heterodoxa, o núcleo do programa de pesquisa da dependência é a tendência do capitalismo global a se polarizar. Féliz rejeita a transferência de valor a partir dos diferenciais de produtividade, portanto propõe uma explicação rival à explicação da polarização global contida, por exemplo, nos clássicos Santos (1970) e Marini (2005). Como hipóteses auxiliares, é curioso notar que Kvangraven coloca a troca desigual a partir do capitalismo monopolista (que será a abordagem de Féliz) e, ao lado, põe a tendência à deterioração dos termos de troca para as economias periféricas.

Cumpramos destacar, contudo, que Kvangraven (2021) coloca teorias marxistas e não-marxistas no bojo do mesmo programa de pesquisa. Mesmo assim, a relevância de se discutir a teoria da dependência é que ela tem ramificações muito mais amplas do que as originalmente projetadas. Por exemplo, Kvangraven (2021, p. 78–79) defende que Walter Rodney (2018) e outros acadêmicos radicais africanos, como Amin et al. (1975) e Offiong (1982), podem ser lidos como partes do que ela intitula “programa de pesquisa da dependência”, mesmo que esse programa tenha nascido e se desenvolvido originariamente como modo de compreensão do capitalismo latino-americano. Nota-se, portanto, que essa discussão é potente e deve ser motivo de extenso debate na comunidade científica.

O artigo de Félix possui alguns méritos que devem ser destacados. O primeiro, e mais notório, está em que, para além de um competente resgate do debate histórico acerca da troca desigual, o artigo apresenta a um público mais amplo a teoria da dependência. Como é amplamente reconhecido pelos estudiosos do tema, o debate sobre a dependência passou de um período de grande efervescência nos anos 1960 e 70 a um relativo ostracismo nas décadas imediatamente posteriores, tendo, na América Latina (e no Brasil em particular), uma renovação a partir do início dos anos 2000. Contudo, apesar da maior produção e circulação da teoria marxista da dependência verificada nos últimos vinte anos, esse debate só raramente encontrou eco entre acadêmicos ou ativistas radicados nos países centrais⁵, sobretudo entre anglófonos – onde o quadro só começa a se alterar em período ainda mais recente, especialmente com a contribuição de John Smith e a tardia publicação de *Dialética da Dependência* em inglês (MARINI, 2022). Nesse contexto, a contribuição de Félix pode ser tida como mais um indício de uma ampliação do debate relativo à dependência.

Em seu artigo, Félix não só constata e reputa positivamente este regresso à TMD, como também apela a que seja realizado de modo crítico. A ideia de que o esforço de rediscussão e atualização do estudo dessa perspectiva teórica vá além de simples transposição ou repetição e assuma um viés crítico deve, a nosso juízo, ser igualmente tomada como louvável. Nesse sentido, faz-se ainda necessário ressaltar o acerto do autor em apontar a necessidade de aprofundar a interação possível entre os desenvolvimentos neste campo teórico e noutros – como o *feminismo* e o *ambientalismo*.

Félix conclama também por uma revisão de uma das bases sobre as quais se apoia essa teoria: a interpretação da lei do valor a ela subjacente. A suposta atualização da lei do valor proposta pelo autor deve, entretanto, ser examinada de forma mais cuidadosa. Por um lado, conforme expressa a ligação entre os debates da “troca desigual” e da dependência, ela está no cerne da contribuição de Félix. Por outro, sem estarmos atentos às implicações de sua proposta talvez estejamos solapando as próprias bases do debate sobre a dependência.

⁵Aqui convém separar os debates relativos à Teoria Marxista da Dependência e à troca desigual, pura e simples. Estes tiveram nos países centrais um de seus principais palcos de desenvolvimento, nos idos das décadas de 1960 e 70. Arghiri Emmanuel, Charles Bettelheim, Samir Amin (todos radicados na França), além do economista belga Ernst Mandel e das contribuições oriundas das intervenções pelo grupo de economistas norte-americanos associado à revista *Monthly Review*, são alguns dos mais proeminentes nomes do debate. E naquele momento tiveram múltiplas interações com alguns dos mais importantes teóricos da dependência, sem que, no entanto, esta tenha alcançado, mesmo então, a mesma projeção.

II Os fundamentos da proposta de atualização da lei do valor

Os debates sobre troca desigual e transferência de valor possuem um entroncamento óbvio quando se fala da teoria da dependência. Como bem lembrado por Féliz (2021), a noção de troca desigual, ao mesmo tempo em que se remetia a toda uma linha analítica mais “convencional” nos estudos sobre desenvolvimento econômico, será também apropriada nos debates marxistas sobre o comércio internacional. Inicialmente, em trabalhos como os de Mandel (1982), Emmanuel (1972), Bettelheim (1990) e Amin et al. (1975), será reforçada a ideia de que fenômenos como o desenvolvimento e o subdesenvolvimento de certas nações se entrelaçam em virtude de essas cederem, pela via do comércio internacional, mais valor do que obtêm em troca.

A existência dessa troca desigual, ou de forma mais ampla, de transferências de valor – como coerentemente lembrado por Féliz –, será também apontada na TMD como elemento decisivo⁶. Mas, nesse caso, teria por consequência, ao invés de produzir um capitalismo incompleto ou imperfeito (subdesenvolvido), produzir uma dinâmica particular de operação do capitalismo, repercutindo na própria formação social das nações dependentes⁷.

Féliz (2021) reconhece os avanços dessa discussão, desde suas origens, e apresenta de forma positiva os movimentos de retomada do debate sobre a dependência. Ao mesmo tempo, busca criticá-los por ter “amplamente ignorado as discussões sobre a teoria do valor no marxismo desde os anos 1980”, continuando com uma “interpretação clássica do valor que não incorporou contribuições centrais ao debate feitas pelo Marxismo Aberto e Autonomista e por outras tradições” (FÉLIZ, 2021, p. 3). Para fundar esta crítica, Féliz recorre especialmente a Harry Cleaver, embora sejam citados também como autores que colaboraram com desenvolvimentos recentes no estudo sobre a teoria marxiana do valor, ainda não incorporados no âmbito da TMD, os

⁶Em que medida as transferências de valor ultrapassam a noção de troca desigual na TMD não é um consenso entre os pesquisadores do tema. Luce (2018), por exemplo, sustenta que a troca desigual ultrapassa o *status* de fenômeno ligado ao comércio internacional quando classifica como “formas da transferência de valor como intercâmbio desigual” a deterioração dos termos de troca, serviços da dívida, remessas de lucros e apropriação de renda da terra. O procedimento de Luce é distinto de Leite (2017) e Breda (2020), que separam a transferência de valor via intercâmbio desigual ou comércio internacional da transferência de valor via investimentos ou propriedade do capital.

⁷Destas implicações, a mais importante é a que se faz sentir na conformação da superexploração da força de trabalho. É importante aqui ter presente que esta não se confunde com impossibilidade de desenvolvimento, como aparecia entre desenvolvimentistas. Cf., por exemplo, Carcanholo (2013, p. 194–196).

economistas argentinos Rolando Astarita e Juan Lñigo-Carrera⁸.

Inicialmente, nos parece apropriado ter em conta que o problema envolve interpretações sobre o que seja o valor, com implicações diretas para a discussão sobre a existência de transferências de valor. Tome-mos inicialmente o paralelo, proposto por Cleaver e apropriado por Félix, entre o que seriam interpretações metafísicas da teoria do valor e da teoria do flogístico. Esta última remete-se, sinteticamente, a uma explicação em voga no séc. XVIII para o processo de combustão, baseada na suposta existência de um elemento etéreo (o flogisto) em toda matéria inflamável, e falseada posteriormente por Antoine Lavoisier⁹. Ora, o fundamento do paralelo pode ser, assim, reduzido à afirmação de que para muitos marxistas o valor é uma coisa (etérea, metafísica) fixada às mercadorias pelo processo de trabalho¹⁰. Seu argumento irá, é claro, em sentido oposto.

Aqui se torna necessário, porém, esmiuçar onde Cleaver pretendia chegar com tal afirmação e onde mais esta afirmação pode nos levar. A princípio, observe-se que, bem entendida, a analogia proposta por Cleaver (2020, p. 118; 120) tem basicamente o sentido de refutar que a

⁸No debate científico não há (ou ao menos não deveria haver) lugar para o dogmatismo acríptico e é importante reconhecer que o plano de pesquisa aberto por Lñigo-Carrera deve ser discutido. Sua posição, é preciso notar, no entanto, é dificilmente conciliável com a chave analítica proposta pela TMD, na medida em que rechaça abertamente a noção de troca desigual e dá mesmo a entender que talvez haja uma inversão na direção das transferências de valor (IÑIGO CARRERA, 2018). Não é de se estranhar, portanto, que Félix tenha com relação a esta proposta um comportamento, diríamos, dúbio. Pois se, por um lado, seu nome está incluído entre aqueles que deveriam ser discutidos no esforço de “refundação” da teoria do valor subjacente à TMD, por outro, as demais referências que Félix faz ao autor seguem no sentido de discordar de sua tese central (FÉLIZ, 2021, p. 158). É nesse sentido que nos concentraremos em Cleaver a fim de entender a proposta de atualização da teoria do valor de Félix.

⁹Paralelos distintos entre a teoria do valor de Marx e a teoria flogística já haviam sido estabelecidos antes. No prefácio ao livro II de *O Capital*, Engels (2014, p. 95–97) rebate críticas que buscavam refutar o ineditismo da teoria marxiana do valor explicando que se a Economia Política Clássica (em Smith e Ricardo) já se deparara com a existência do mais-valor e os socialistas, antes de Marx, já o haviam condenado como injusto, foi só com Marx que este foi de fato estudado e compreendido – assim, conclui Engels, “Tal como Lavoisier para Priestly e Scheele, assim está Marx para seus predecessores na teoria do mais-valor” Engels (2014, p. 96), sendo estes últimos estudiosos da química que antes de Lavoisier haviam se deparado com o oxigênio sem de fato descobri-lo e estabelecido assim a base para a refutação da teoria flogística.

¹⁰“Infelizmente, muitos tendem a pensar que a magnitude de valor de uma mercadoria é determinada pela quantidade de tempo de trabalho abstrato incorporada nela pelo trabalhador que a produziu. Mas conceber o valor de uma mercadoria como sendo resultado direto do trabalho de produção daquela mercadoria individual é perder de vista o caráter social do valor e enxergá-lo, ao invés, como algum tipo de substância metafísica que é magicamente injetada no produto pelo toque do trabalhador. Essa teoria do valor é semelhante à antiga teoria do flogístico, na qual o princípio do fogo era concebido como uma substância material incorporada em objetos inflamáveis. A teoria flogística do valor conduz a resultados bizarros e politicamente perigosos como a identificação dos trabalhadores ‘que produzem valor’ como apenas aqueles que realizam trabalho físico direto sobre o produto. Daí se está a apenas um passo da separação ritualística entre trabalhadores ‘reais’ e trabalhadores ‘improdutivos’ e das posições políticas normalmente associadas a essa abordagem” (CLEAVER, 2020, p. 118, tradução nossa).

teoria do valor marxiana seja uma “teoria do trabalho incorporado” – e nisso tem plena razão¹¹. De forma mais específica, Cleaver desenvolve a ideia de que não se deve tratar o tempo de trabalho útil despendido na produção de uma mercadoria imediatamente como medida de seu valor. Para demonstrá-lo, o autor lembrará, em primeiro lugar, que a diferença de complexidade do trabalho faz com que em mesmo tempo se possa criar quantidades diversas de valor e, em segundo lugar, à possibilidade de que o trabalhador coletivo tenha força produtiva superior à soma da força produtiva de cada trabalhador individual que o compõe. Por fim, o caráter social do valor poderia ser percebido conforme sua determinação obedece não ao tempo de trabalho individual, mas à média social – ao tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria.

Nesse contexto, Cleaver acrescenta, em uma nota de rodapé amplamente explorada por Félix, que “Dizer, como geralmente se faz, que os trabalhadores ‘produzem’ o valor é enganoso. Isso faz com que o valor pareça uma substância metafísica – um tipo de flogisto. [...] O mesmo problema linguístico existe quando falamos no capital constante ‘transferindo’ valor ao produto” (CLEAVER, 2020, p. 120). Daí Félix (2021, p. 20) extrairá o núcleo da crítica que pretende estabelecer à interpretação da teoria do valor estabelecida na TMD, em suas manifestações clássicas e contemporâneas: “O valor enquanto tal não é uma coisa, logo não pode ser transferido”. Dada a importância deste ponto, voltaremos na próxima seção a abordar a questão das transferências de valor. Antes, contudo, é preciso tecer ainda algumas considerações sobre a perspectiva ora em tela.

Se, por um lado, Cleaver tem razão em apontar que Marx não estabelece a teoria do valor como uma teoria do trabalho incorporado, por outro, é preciso notar que a crítica como estabelecida por meio da referência à teoria do flogisto pode bem terminar por negar não apenas transferências de valor, mas a própria teoria do valor. Desenvolveremos este ponto em duas partes: no restante desta seção tentaremos desenvolver os pontos de que, sim, o valor existe e, sim, os trabalhadores produzem valor; nas próximas seções do artigo defenderemos ainda que, sim, é possível falar em transferências de valor.

¹¹Nos remetemos aqui propositalmente aos termos como ficaram lembradas as contradições da teoria do valor no seio da Economia Política Clássica. Depois da contribuição seminal de Adam Smith ao estudo do valor, Ricardo apontaria naquele autor a existência de uma “dupla teoria do valor”: a do trabalho incorporado e a do trabalho comandado. Sua posição estaria em favor de aceitar a primeira e rejeitar a última. Marx, por sua vez, que não foi um economista político, mas um crítico da economia política, tem uma teoria do valor absolutamente diversa da ricardiana.

Dizer que o valor existe pode parecer uma obviedade desde o ponto de vista de uma análise marxista. Entretanto, como nota o próprio Cleaver (2017, cap. 1), o mesmo requisitado por Félix a título de refutar a noção de transferências de valor, não foram poucas as análises marxistas que se afastaram da teoria marxiana do valor. Não atribuímos a *Reading Capital politically*, de Cleaver, esse erro, mas é importante notar que a associação entre a teoria do valor e a teoria do flogístico pode conduzir a ele. Não por acaso, uma das referências mais notórias de associação entre essas duas teorias anteriormente à Cleaver havia sido realizada pelo famoso economista Paul Samuelson (1974, p. 66) a título de desqualificar a teoria do valor marxiana¹². Mais importante que isso, no entanto, é lembrar que se Félix está correto em afirmar que “o valor enquanto tal não é uma coisa”, nem por isso se deve dizer que não é objetivo. À parte o aspecto óbvio, elucidado por Marx em *O Capital*¹³, nos parece importante salientar que, embora não empírico ou material, porque puramente social, o valor permanece objetivo – ao contrário do flogisto.

Mais que isso: o valor existe de fato sob a produção capitalista como trabalho objetivado em coisas transferíveis, e objetivamente transferível ele próprio, portanto. É interessante observar, note-se de passagem, que Félix nega a possibilidade de transferências de valor no plano internacional de valor na medida em que o “valor não é uma coisa”, mas não tece nenhum comentário acerca do fato de que toda teoria marxiana resultaria incompreensível sem falar no movimento do valor, que dá base não só para as trocas mercantis como para a própria relação capital. Nesse sentido, diferentemente do que pensa Cleaver, não acreditamos que consista em “erro linguístico” falar em transferência de valor – ou falar na produção do valor pelos trabalhadores. Novamente, neste último caso é possível que o intuito de Cleaver fosse apenas esclarecer que o valor não é produzido *individualmente* pelos trabalhadores. No entanto, mesmo compreendendo seu argumento é preciso observar: sim, os trabalhadores produzem o valor, embora não de modo individual ou planejado.

¹²Samuelson foi um dos mais destacados economistas norte-americanos do pós-guerra, vindo a receber, inclusive, o prêmio Nobel na área, em 1970. Em uma polêmica envolvendo outro notório economista do período, William Baumol, acerca do chamado “problema da transformação”, Samuelson defende a inutilidade dos livros I e II de *O Capital* perante o livro III, ao mesmo tempo em que rejeita também as conclusões deste. Cf. Samuelson (1974).

¹³“A objetividade do valor das mercadorias é diferente de *Mistress Quickly*, na medida em que não se sabe por onde agarrá-la. Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor” (MARX, 2013, p. 125).

A natureza deste problema deixa claro que a chave para dirimir diferenças de interpretação reside na compreensão sobre como se articulam na formação do valor os níveis da particularidade (singularidade) e da universalidade. Em Cleaver, lemos que:

A medida direta do tempo efetivo de trabalho só pode ser a medida do trabalho útil, nunca do valor. Entre esse tempo de trabalho útil e o valor se encontra a mediação social que aparece como uma média. Em outras palavras, enquanto a quantidade efetiva de tempo de trabalho útil necessária à produção de mercadorias individuais de certo tipo pode variar em diferentes lugares, o valor expressa a média social que resultará nas condições 'normais' de produção prevalentes num dado momento. *Como sempre em Marx, a determinação social é central; a particularidade individual, derivada* – a parte só é significativa dentro do contexto mais amplo do todo (CLEAVER, 2020, p. 119, tradução e grifos nossos).

Agora, se está bem considerar que a parte (a particularidade) seja compreendida em sua articulação ao todo (à universalidade) – com o que não temos discordância –, isso de modo algum apaga por completo sua existência e sua importância. A particularidade se remete a um universal, assim como o universal tem de ser síntese de particulares. Ou mais simplesmente para o que importa agora, os trabalhadores produzem, em seu ato de trabalho, o valor, mesmo que não de forma direta, individual ou imediata.

Cabe agora então um exame mais detalhado da proposta de Félix de uma teoria da troca desigual e da teoria da dependência sem transferências de valor.

III A tentativa de atualizar a teoria do valor negando a transferência de valor no mesmo ramo de produção

Félix (2021), como discutido na seção anterior, tenta atualizar a teoria marxista da dependência baseada na atualização da teoria do valor pelo assim-chamado Marxismo Aberto e Autonomista. Se na seção anterior focamos na influência de Cleaver (2020) sobre Félix, agora vamos nos concentrar em outra influência fundamental para a “atualização” proposta pelo autor. Rolando Astarita (2009; 2010) desenvolve a tese segundo a qual o mais-valor extraordinário seria fruto

de uma maior produção de valor pelos trabalhos mais produtivos e, portanto, não resultaria de uma transferência de valor. Uma crítica muito semelhante à respeito desse aspecto da teoria da troca desigual foi publicada no Brasil em 2011 em artigo de João Machado Borges Neto (2011).

Como Neto (2011, p. 86) afirma, “é a drenagem de mais-valor pela estrutura de preços vigente no mercado mundial que caracteriza o intercâmbio desigual”. Para compreender o ponto fulcral das divergências é preciso, indiscutivelmente, entendermos as diferenças na forma como as abordagens rivais explicam a formação dos preços no mercado mundial. Em outras palavras, se a troca desigual resulta de uma certa estrutura de preços, e existem visões rivais sobre a troca desigual, um ponto de partida é investigarmos se as teorias dos preços no plano internacional são antagônicas. Adicionalmente, como estamos no campo da teoria marxista, na qual os preços possuem vinculação indissociável com os valores, convém destacar que o núcleo da confusão pode residir no trânsito entre os níveis mais abstratos e os níveis mais concretos, particularmente na categoria mediadora dos preços de produção.

No caso de Astarita (2009; 2010), existe a compreensão de que *todo mais-valor extraordinário* a ser apropriado por um capital que emprega uma produção de maior produtividade é resultado de um trabalho “potenciado” pela produtividade, ou seja, os capitais que empregam trabalho mais produtivo produzem uma quantidade maior de valor do que aqueles que empregam trabalho menos produtivo no mesmo tempo:

Las diferencias de productividad son esenciales para comprender cómo los trabajos realizados en condiciones de mayor productividad generan más valor que los realizados en condiciones de menor productividad dentro de un mismo espacio de valor (ASTARITA, 2009, p. 118).

[...] el trabajo en la empresa que tiene una tecnología superior actúa como trabajo potenciado. Esto es, en el mismo tiempo ese trabajo genera más valor que el trabajo que emplea tecnologías inferiores. Por lo tanto no existe transferencia de plusvalor desde las empresas de menor tecnología a las empresas de mayor tecnología, sino diferentes grados de generación de valor en cada una de las empresas (ASTARITA, 2010, p. 36).

Já nos casos de Neto (2011) e Félix (2021), podemos observar um mesmo recurso metodológico: a separação bem clara entre a formação de preços no plano nacional e a formação de preços no plano interna-

cional. Para justificar isso, Neto (2011, p. 88, grifos nossos) diz que o tempo de trabalho socialmente necessário depende “das características naturais e histórico-sociais *de cada país* e de cada época, incluindo aí, com destaque, as condições tecnológicas”.

A discussão sobre o papel das condições tecnológicas na determinação do valor reaparece, em Marx, na exposição da produção de mais-valor relativo. Com uma mudança na base técnica da produção, precisa-se explicar porque empresas com processos produtivos distintos, portanto com diferentes tempos concretos de trabalho para produção de uma mesma mercadoria, se apropriam de mesma porção de trabalho abstrato, já que o preço é o mesmo. Neto, e também Féliz, recorrem a uma famosa passagem de Marx na qual ele diz o seguinte: “O trabalho excepcionalmente produtivo atua como trabalho potenciado ou cria, no mesmo tempo, valores maiores do que o trabalho social médio do mesmo tipo” (MARX, 2013, p. 393). Neto (2011, p. 89–90) extrai daí que “o trabalho de força produtiva excepcional (porque é realizado em condições de produção superiores tecnicamente) produz mais valor (valor social) no mesmo tempo. [...] Assim, a origem da mais-valia extra está na existência de condições de produção superiores às condições médias, que ‘potenciam’ a capacidade do trabalho de criar valor”. Há vários problemas aqui, que discutiremos adiante, mas, por ora, devemos registrar que essa é a mesma interpretação de Astarita e Féliz. Em resumo, a tese sustentada pelos autores é que os trabalhos mais produtivos, “trabalhos potenciados”, produzem mais valor por unidade de tempo, o que seria a explicação para a existência do mais-valor extra, negando a ideia de transferência de valor dentro do mesmo ramo de produção.

A transferência de valor ocorreria, para Neto (2011), independentemente das condições de produtividade, quando uma mercadoria é vendida por preço distinto do valor. Nesse caso, nas palavras do autor, “Há uma troca desigual, isto é, troca combinada com transferência de valor na circulação” (NETO, 2011, p. 92). Note-se que essa tese, de que transferência de valor ocorre pela diferença entre preço e valor, é a mesma de Féliz, que está fundamentada na teoria do capitalismo monopolista, já que as empresas em situações monopolistas é que teriam condições de arbitrar preços de venda com certa autonomia em relação aos preços de produção.

Para a discussão sobre valores e preços no plano internacional, Neto, assim como Féliz, recorre ao argumento marxiano de que em cada país vigora uma certa intensidade média de trabalho, base pela qual se estabelecem os valores *nacionais*: “comparado com o menos intensivo,

o trabalho nacional mais intensivo produz, em tempo igual, mais valor, que se expressa em mais dinheiro” (MARX, 2013, p. 632). O ponto de partida dessa discussão de Marx é o fato de o valor ser resultado da quantidade de trabalho abstrato em cada mercadoria, quantidade esta, por sua vez, que decorre do tempo e da intensidade do trabalho. Deve-se levar em consideração que o contexto dessa discussão é a busca por oferecer alguma resposta à diversidade nacional de salários, tema do capítulo de Marx. Por mais que Neto (e Féliz) tentem isolar o componente concreto do trabalho, percebe-se que é impossível, porque a intensidade do trabalho é, de fato, um componente concreto de cada trabalho particular.

Nessa discussão, utiliza-se recorrentemente uma passagem de Marx na qual ele discute a modificação da lei do valor no plano internacional:

Mas a lei do valor, em sua aplicação internacional, é ainda mais modificada pelo fato de, no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo também contar como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não se veja forçada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor. Uma vez que a produção capitalista encontra-se desenvolvida num país, também se elevam aí, acima do nível internacional, a intensidade e a produtividade nacional do trabalho. As diferentes quantidades de mercadorias do mesmo tipo, produzidas em diferentes países no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes, isto é, em quantias diferentes de dinheiro de acordo com os valores internacionais (MARX, 2013, p. 632).

Dessa passagem, deve-se observar que a ‘modificação’ da lei do valor ocorre apenas em situações de monopólio, pois, só nessas situações que “a nação mais produtiva” não é “obrigada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor”. Em outras palavras, não é possível utilizar essa afirmação de Marx como prova categórica de que não ocorrem transferências internacionais de valor porque só são válidas numa situação específica.

Neto utiliza essa passagem para afirmar que o sentido do argumento de Marx é o mesmo quando se referiu ao trabalho potenciado no capítulo 10. “Assim, também no contexto da concorrência internacional, os capitalistas dos países mais produtivos ganharão uma mais-valia extra no plano internacional. A diferença é que no plano internacional

não há tendência à generalização do progresso técnico, ou há apenas uma tendência muitíssimo mais lenta.” (NETO, 2011, p. 94). A segunda afirmação deveria ser comprovada, porque a história econômica dos séculos XIX e XX não autoriza a afirmar que o progresso técnico não se generaliza. Por mais que seja um processo que reforce desigualdades internacionais, a experiência das cadeias globais de valor no século XXI aponta para a difusão do progresso técnico entre países (INOMATA; TAGLIONI, 2019), o que nos faz questionar as teorias do valor nacionalmente centradas.

O desdobramento desse argumento é cristalino a respeito da tese do trabalho potenciado no mercado mundial: “Se, em um tempo de trabalho físico (concreto) igual, o capitalista que tem a produtividade média em um país produz, por exemplo, o dobro ou o triplo da quantidade de uma determinada espécie de mercadoria que outro, produzirá também o dobro ou o triplo de valor internacional” (NETO, 2011, p. 94). A afirmação de que o capitalista no país mais produtivo produz o mais-valor extra que absorve pela desigualdade tecnológica colocaria por terra a tese da transferência internacional de valor no mesmo ramo de produção.

Agora, do ponto de vista da concorrência entre capitalistas de ramos distintos, a coisa se torna mais complexa na medida em que se deveria instituir uma escala internacional de produtividades médias nacionais. A partir dessa escala, se estabeleceria um fator de conversão, que seria utilizado para equalizar o valor internacional produzido pelas horas de trabalho médias em cada país. Com isso seria possível demonstrar que “o trabalho concreto dos países mais produtivos *produz* mais valor” (NETO, 2011, p. 96).

Neto descreve o mecanismo de ganhos e perdas no comércio internacional como não derivados da transferência de valor:

As perdas e ganhos a partir das desigualdades internacionais são bem reais e se originam do desenvolvimento do comércio internacional. Isso justifica falar em intercâmbio desigual. Entretanto, não há propriamente intercâmbio desigual, no sentido de que os ganhos e perdas não ocorrem no momento da troca; ocorrem, como vimos, no momento da produção. Por isso, não se pode falar em transferência de valor entre os países. Aliás, os ganhos e perdas de uns não compensam os ganhos e perdas de outros, o que deveria acontecer se o caso fosse de transferências de valor. Como vimos, o valor social em um país e, da mesma maneira, o valor internacional (que é uma

extensão do valor social para países distintos) não se estabelecem obrigatoriamente como uma média matemática qualquer dos valores individuais. No limite, podem coincidir com o maior valor individual ou com o menor. Na primeira hipótese, ninguém perderia, e todos os que não estivessem na pior posição ganhariam; na segunda hipótese, ninguém ganharia, e todos os que não estivessem na melhor posição perderiam (NETO, 2011, p. 97).

Seria correto falar em intercâmbio desigual apenas quando se trata das transferências de valor na circulação, de diferenças dos preços internacionais em relação aos valores internacionais. Contudo, na formação dos preços de produção não ocorreria intercâmbio desigual, pois, apesar de constituir de fato uma transferência de valor, faz parte da “lógica geral” das relações comerciais capitalistas. Por mais que Neto reconheça que Marini sustente que existe a formação internacional de preços de produção desde o alvorecer da época imperialista, o que pressupõe a existência de uma tendência à formação da taxa geral de lucros em escala internacional, ele aponta que essa é uma questão inconclusa na literatura.

Existem vários motivos, aponta Neto, para os preços internacionais ficarem abaixo dos valores internacionais, como tendência à desvalorização cambial nos países dependentes, pressão política dos países imperialistas via mecanismos de ajuste estrutural, etc. De qualquer maneira, o ponto chave da crítica de Neto à teoria da troca desigual de Marini pode ser resumida na tese de que o trabalho nos países dependentes tem uma redução na sua capacidade de *produzir* valor.

O tom do argumento de Féliz, inspirado em Astarita (2010), é exatamente o mesmo do de Neto: não existe transferência internacional de valor via desnível de produtividade. Astarita (2010) diz que o trabalho operado pelos capitais imperialistas *produz* mais-valor extraordinário e que “não existe transferência de mais-valor desde as empresas de menor tecnologia às empresas de maior tecnologia, mas diferentes graus de geração de valor em cada uma das empresas”. Féliz (2021, p. 21) reproduz, dizendo que “o trabalho aplicado nesses territórios imperialistas manifesta-se potenciado [*enhanced*] como um mais-valor extraordinário”. Ele retoma a passagem de Marx, citada anteriormente por Neto, de que o trabalho potenciado cria valor acima da média do TTSN. E, por outro lado, acredita que, nos países menos produtivos, “o trabalho aplicado é desvalorizado: parte do mais-valor desaparece” (FÉLIZ, 2021, p. 22).

IV Atualizar ou negar a teoria do valor?

Félicz (2021), ao reivindicar que o mais-valor extraordinário se origina do trabalho potenciado (e não da transferência de valor), se posiciona com Astarita (2009; 2010) em um debate teórico que não tem nada de trivial. Não sendo nosso objetivo oferecer uma síntese das interpretações rivais, vamos nos concentrar em discutir os limites de se utilizar a abordagem do trabalho potenciado para explicar o mais-valor extraordinário e porque isso desmontaria as bases da teoria marxista da dependência.

O debate, no fundo, trata de como explicar o fato do processo de trabalho conduzido com maior produtividade permitir ao capitalista inovador se apropriar de um mais-valor extraordinário, não apropriado pelos seus concorrentes, que tende a desaparecer na medida em que a produtividade se generalize no ramo de produção. Na história desse debate, as posições podem ser resumidas em dois campos: “a que afirma que a fonte do mais-valor extra é o trabalho que põe em ação o capital inovador e a que afirma que se trata de trabalho que põe em ação outros capitais” (CALIGARIS, 2021, p. 170).

Reescrevendo, desde o ponto de vista da teoria da dependência, se trata de entender o seguinte: o mais-valor extra dos capitais imperialistas que utilizam as forças produtivas mais avançadas resulta dos trabalhos postos em ação por eles mesmos ou é produzido pelos trabalhadores das economias dependentes? É óbvio que existem desigualdades internacionais em termos de produtividade. Há trabalho mais produtivo, há diversidade nas composições do capital e isso implica na apropriação desigual do mais-valor produzido. Se capitais se apropriam de modo desigual do valor social produzido, pode-se negar que “transferência de valor” seja o melhor termo, pode-se preferir a ideia de expropriação (do mais-valor) de um capital por outro ou até dizer que em função do trabalho potenciado um se apropria de mais valor e o outro falha em se apropriar (como aparece em Félicz, 2021), mas o fenômeno está lá: mais mais-valor apropriado em um lado contra menos mais-valor apropriado em outro.

A diferença fundamental entre as duas abordagens é a respeito da existência ou não de *elo* entre esses dois lados que se apropriam desigualmente do mais-valor globalmente produzido. Dizer que o capital dos países imperialistas produz o mais-valor extra ali apropriado (via trabalho potenciado) sem considerar que a formação do valor tem um aspecto social que inclui a produção dos países dependentes é, a nosso juízo, no mínimo problemático. Pois o que garante que o trabalho de

um possa ser tomado como potenciado é justamente a menor força produtiva do trabalho de outro. É curioso porque de certo modo é algo que nega a própria base daquela crítica que se queria estabelecer no campo da teoria do valor: o valor é uma categoria social – mas então por que para falar da relação de dependência se *exclui* o trabalho exercido nos países dependentes no processo de formação do valor? A noção de transferência de valor, ao contrário, explicita esse vínculo e ressalta o modo como o mercado mundial produz essa desigualdade internacional. Não é por outro motivo que se trata de uma categoria tão central para a teoria marxista da dependência.

A insistência de [Féliz \(2021\)](#) em rejeitar essa concepção está claramente vinculada com a suposição de que a tese da transferência de valor seria defendida, consciente ou inconscientemente, por uma teoria marxista quase ricardiana, que naturalizaria o valor, ao contrário da tese do trabalho potenciado, que seria fielmente marxista por entender o valor como puramente social ([CALIGARIS, 2021](#), p. 179). Contudo, é perfeitamente possível entender o valor como puramente social e, mesmo assim, como um fenômeno essencialmente da produção.

R. [Carcanholo \(2013\)](#) é certo ao indicar que essa discussão só pode ser levada a cabo se conduzida nos termos da teoria da concorrência de Marx, que, afinal, ele só desdobra no capítulo 10 do livro III de *O Capital*. Ali, percebe-se que o mais-valor extra se manifesta concretamente como lucro extraordinário, ou seja, como lucro apropriável pelo capitalista inovador além do lucro médio. E, neste contexto, “o mais notável”, como diz [Caligaris \(2021, p. 176\)](#), “é que parece ser claro que o ‘lucro extraordinário’ de que se apropriam os capitais que põem em ação um trabalho mais produtivo surja do mais-valor que perdem outros capitais, vale dizer, de uma transferência de valor”.

Na concretude das relações de concorrência no mesmo ramo de produção, deve-se notar que todos os capitalistas do ramo se defrontam com um mesmo preço de mercado ([SHAIKH, 2016](#)). E é a existência desse único preço que obriga as empresas menos produtivas a cederem parte do mais-valor produzido para apropriação das empresas mais produtivas. Além disso, o preço de mercado, o preço de venda da mercadoria, depende da interação entre a quantidade de mercadorias que atende a necessidade social por elas e a quantidade efetivamente produzida e colocada à venda pelos capitais desse ramo. Dito isso, inspirados em R. [Carcanholo \(2013\)](#), vamos *abstrair a necessidade social*, isto é, supor que não se altera, e verificar o que acontece quando trabalhadores acionados por um capital individual têm aumento de produtividade.

O aumento na produtividade do trabalho reduz o tempo concreto gasto na produção de cada unidade de mercadoria, reduzindo o custo unitário de produção. Sendo assim, o capitalista inovador consegue lucrar mais com cada unidade vendida. Tendo fome de lucros, como todos os capitalistas, ele colocará seus trabalhadores para produzirem mais mercadorias em cada jornada de trabalho. Sendo um capitalista típico, irá querer ganhar cada vez mais com a nova tecnologia que só ele tem à disposição, produzindo mais.

Se considerarmos que o preço é regulado pelos mecanismos de mercado, da interação mencionada anteriormente entre necessidade social e quantidade produzida, o resultado do avanço da produtividade *só pode ser uma redução no preço*. Mesmo que seja uma redução ínfima, precisamos levá-la em consideração para que a análise seja logicamente coerente, afinal a necessidade social pela mercadoria continua a mesma e a quantidade total produzida aumentou. Fica claro perceber que a redução no preço é tanto maior quanto mais rápido a nova tecnologia se espalha para os capitalistas concorrentes. Em função do aumento da força produtiva, a redução do preço é estrutural, não é fortuita nem ocasional, o que, de fato, espelha a realidade empírica do capitalismo, que é a tendência ao barateamento das mercadorias ao longo do tempo.

Como o preço mede a proporção em que uma mercadoria qualquer pode ser trocada por dinheiro, Marx diz que o preço de A é o *valor de troca* de A em relação à mercadoria-dinheiro. Assim, o raciocínio anterior poderia ser reescrito, indicando que a redução do tempo de trabalho concreto para a produção de qualquer mercadoria (aumento da produtividade) significa a redução do seu valor de troca. Esta é a face visível, aparente. Por outro lado, a dinâmica dos preços possui uma determinação invisível, essencial, que é simplesmente o *valor*, medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada mercadoria (R. CARCANHOLO, 2013). Embora exista realmente, o valor é impossível de ser mensurado pois é uma dimensão verdadeiramente abstrata da mercadoria. Ele só pode ser percebido indiretamente através do valor de troca, que é, por isso, entendido como a forma de manifestação do valor.

Então, a redução do valor de troca, o barateamento não-fortuito e não-ocasional da mercadoria em função do aumento da força produtiva do trabalho, *revela* uma redução no *valor* da mercadoria. Portanto, mesmo que a produtividade maior ainda não tenha se tornado dominante entre os demais produtores, ela necessariamente reduz o valor das mercadorias. Importa insistir aqui que essa redução é um resultado necessário do aumento de produtividade (independentemente de o fato

da inovação tecnológica estar restrita a poucos capitalistas).

Para ser mais preciso, o valor de troca é a forma de manifestação do valor social, que é, por sua vez, resultado de inúmeros processos individuais e concretos de produção. É por isso que podemos dizer que cada processo individual produz um valor individual. A tese do trabalho potenciado, que Félix (2021) incorpora da assim chamada “renovação do marxismo”, diz que os trabalhadores empregados pelo capitalista inovador produzem um *valor individual maior* depois que foi introduzida a maior produtividade. Entretanto, isso é um erro. Como já mostramos, o agir do capitalista inovador foi responsável por *ativar um processo social* que reduz o *valor social*. Se isso é verdade e o único processo produtivo que foi alterado foi o do capitalista inovador, o valor produzido pelos trabalhadores empregados por ele (valor individual) só pode ter diminuído também.

Para concluir: o fato de que a generalização da adoção de uma nova tecnologia que torna o trabalho mais produtivo faz desaparecer os lucros extraordinários que existiam quando a utilização de tal tecnologia era privilégio de poucos capitais, fato que é reconhecido pelas mais diversas escolas de pensamento social, desmente a interpretação segundo a qual capitais que operam com produtividade superior à média social produziram mais valor do que aqueles que operam na média para trabalhos de mesma duração e intensidade. Se esta interpretação estivesse correta, então a generalização do aumento de produtividade levaria a uma generalização dos lucros extraordinários correspondentes à mais-valia extra, e não ao seu desaparecimento.

Analisando textos anteriores de Marx, Caligaris (2021) questiona inclusive o termo “trabalho potenciado” nesse contexto, indicando que o autor utilizou várias expressões diferentes para designar essas situações, o que reforça a tese de R. Carcanholo (2013) de que o uso do “trabalho potenciado” para explicar o mais-valor extra deve ser entendido apenas como analogia, como recurso linguístico, e não como a expressão definitiva que representa o trabalho temporariamente mais produtivo.

V Mais uma tentativa de negar a transferência de valor: agora, entre ramos de produção

Félix também rechaça a ideia de transferência de valor entre capitais de setores diferentes, isto é, produtores de valores de uso distintos. Mesmo no caso de setores produtivos localizados exclusivamente nos países centrais, ocorreria o mesmo que no caso da concorrência

intra-setorial, isto é, o trabalho nos setores mais avançados seria mais valorizado. Ao fazer isso, Féliz nega o papel dos diferenciais de produtividade na explicação da troca desigual, citando, nesse ponto, o trabalho de [Amaral e Carcanholo \(2009\)](#) como exemplo de leitura incorreta da teoria do valor.

Nesse tipo de concorrência, na qual setores produtores de diversos tipos de bens, com distintas composições orgânicas, se localizam em países distintos, ocorreria o seguinte, segundo Féliz:

muito tempo de trabalho concreto aplicado na produção nos países dependentes aparece como pouco tempo de trabalho abstrato no momento das trocas, mas não porque haja transferência de valor. Nesse caso, como no anterior, *o poder social do capital no centro se manifesta como troca desigual, expressando a capacidade daquele capital de produzir / apropriar mais trabalho mundial*. De novo: nada foi transferido. O que acontece é que os países imperialistas podem valorizar o trabalho que exploram como beneficiários de mais valor, como trabalho 'potenciado' [*empowered*] (FÉLIZ, 2021, p. 23, tradução e grifos nossos).

O ponto do autor é o seguinte: a teoria dos preços de produção de Marx não é útil para o entendimento da troca desigual entre ramos de produção. Porque, nesta teoria, claramente ocorre um processo de transferência de valor dos capitais menos produtivos para os capitais mais produtivos, na qual o diferencial de produtividade é a chave para entendimento do processo (MARX, 2017). Como o autor rechaça esse ponto, mas reivindica a teoria marxiana do valor, nos resta considerar que ele aceita a teoria dos preços de produção como válida nacionalmente, mas não internacionalmente. Em outras palavras, no capitalismo mundial não seria possível utilizar a teoria dos preços de produção para entender certos aspectos da concorrência internacional. Nos parece ser um erro, pelos motivos que destacaremos adiante.

Não nos cabe aqui reconstituir a teoria do preço de produção de Marx. Pode-se consultar o próprio texto de [Amaral e Carcanholo \(2009\)](#), citado por Féliz, como uma interpretação adequada. Vamos ao núcleo da divergência. A teoria dos preços de produção pressupõe a existência de uma taxa geral de lucro. Os capitalistas individuais, então, adicionam essa taxa geral de lucro aos custos de produção ($c + v$), obtendo assim os preços de produção para suas mercadorias. Ora, Féliz (e Neto) rejeitam a aplicação da teoria dos preços de produção

ao comércio internacional justamente porque negam que no mercado mundial ocorra a formação de uma taxa geral de lucros.

Além disso, no caso de Féliz, há ainda um segundo argumento: o autor acredita que “não há nada intrínseco que implique que qualquer setor em particular deva, *a priori*, ter maiores ou menores taxas de crescimento de produtividade”, e que não necessariamente as composições mais altas de capital se concentrariam nos países centrais e as composições baixas na periferia, dado que, argumenta ele, o extrativismo teria composição alta devido a uma alta componente de capital constante circulante e altos gastos com materiais (FÉLIZ, 2021, p. 23–24). Desta forma, ainda que existissem formas de transferência de valor intersetorial em decorrência das divergências de composição do capital, estas não se dariam necessariamente no sentido periferia-centro, como apontam em geral os trabalhos da teoria marxista da dependência.

Desta forma, precisamos tratar aqui das duas questões: primeiro, a questão da formação de uma taxa geral de lucros no mercado mundial, de modo que seja possível falar em transferência de valor pela formação internacional dos preços de produção; segundo, a questão da distribuição internacional das composições de capital mais altas e mais baixas e como esta distribuição influencia na questão das transferências intersetoriais de valor no mercado mundial.

Dizer que se forma uma taxa geral de lucros em nível mundial não significa dizer que a taxa de lucro adicionada sobre os custos de produção seja igual para todos os capitalistas de todos os lugares. Considerando que a teoria da concorrência de Marx revela um processo caótico e turbulento (SHAIKH, 2016) e a acumulação de capital é um processo global com impactos diferenciados sobre as distintas formações sociais (PRADELLA, 2015), comecemos pelo óbvio: não é possível rejeitar uma categoria dialética (a taxa geral de lucros) pela suposta não aderência empírica à realidade.

Este processo de formação de uma taxa geral de lucros em nível internacional foi previsto por Marx como uma consequência tendencial da formação de um mercado mundial capitalista dominado pela grande indústria. Marx considerava que este processo ainda se encontrava em estágios iniciais em sua época, razão pela qual, entre outras coisas, considerou que a diferença entre as taxas nacionais de lucros permitiria uma lucratividade mais elevada aos capitais investidos no comércio exterior (entre os países industrializados e países dependentes, em especial no caso do “comércio colonial”). Esta lucratividade mais elevada atuaria então como uma “contra-tendência” à queda da taxa geral de lucros (MARX, 2017, p. 332–335).

Entretanto, ao mesmo tempo, Marx considerava que as taxas de lucros tendiam *a se nivelar em nível internacional*, e que isto, inclusive, ocorria em grande medida através do nivelamento das taxas de juros, dado que estas últimas sofreriam uma influência muito mais rápida e significativa dos movimentos do mercado mundial (MARX, 2017, p. 501). A taxa de juros, para Marx, é determinada pela relação entre o capital monetário e o capital total e tem a taxa de lucros como base de seu movimento, mas, por outro lado, por refletir de forma mais imediata a percepção dos capitalistas (em especial dos capitalistas “monetários”, os banqueiros) acerca dos movimentos da lucratividade em escala internacional, termina por servir como forma importante de mediação entre a lucratividade no mercado mundial e a lucratividade de cada setor dentro de um determinado país, refletindo movimentos de capitais originados de tendências postas pelo movimento desigual da produtividade do trabalho empregado na produção de mercadorias exportáveis (SHAIKH, 1991, cap. 4).

Capitais cujos processos produtivos se fixem em distintos lugares ao redor do mundo estão em concorrência quando colocam suas mercadorias à venda *independentemente da nacionalidade do comprador*. Capitalistas atuam como uma força externamente coesa e internamente conflitiva. Interação produtivamente quando migram para outros lugares – mesmo com barreiras, dificuldades, etc. – ou quando aumentam a escala de produção em busca de taxas maiores de lucro, formando-se, *tendencialmente*, uma taxa geral de lucro em nível mundial, mesmo que, na realidade, as taxas de lucros nacionais sejam desiguais. Neste caso, a distância entre as diversas taxas nacionais de lucro em cada setor e a taxa geral de lucro tem o papel concreto de estimular ou emperrar as movimentações de capital ao redor do globo. Seguindo este raciocínio e reduzindo o nível de abstração, poderíamos entender que as migrações de capital para a China, por exemplo, só ocorrem porque a taxa de lucro produzida ali é maior do que a taxa mundial de lucro (enquanto uma referência média).

Félicz, ao tratar deste tema, rejeita a princípio a visão de Mandel (e também de Katz, 1989, ainda que implicitamente¹⁴) segundo a qual o processo de formação do mercado mundial capitalista dominado pela grande indústria (e, logo, de uma taxa geral de lucros em nível internacional) teria sido bloqueado pelos controles estabelecidos pelo capital monopolista, e que isto seria confirmado pelo fato de que a

¹⁴Katz não é explícito quanto ao problema da formação da taxa geral de lucros em escala internacional, mas sua abordagem sobre o “reconhecimento” diferencial do trabalho em distintos países com distintos níveis de produtividade tem como fundamento implícito o mesmo tipo de visão expressa por Mandel (KATZ, 1989, p. 74–75).

lucratividade do capital, quando medida nos diferentes países, não teria se nivelado (MANDEL, 1982, cap. 11). Entretanto, mais adiante, Félix retrocede a uma posição similar à de Mandel ao afirmar que os fluxos de capitais em direção às maiores lucratividades (que se expressariam num movimento de investimento direto de capitais dos países centrais na periferia dependente) não ocorre, tendo os fluxos de exportação de capitais sido limitados “entre espaços imperialistas” (FÉLIZ, 2021, p. 23).

O argumento de Mandel contra a possibilidade de uma taxa geral de lucros em nível internacional já fora refutado anteriormente por Shaikh (1991; 2016). Shaikh aponta que o processo de nivelamento das taxas de lucro na teoria marxiana é intersetorial e não inter-regional. Assim, um nivelamento internacional das taxas médias de lucro poderia conviver com distintas taxas médias de lucros nacionais devido à existência de distintas atividades econômicas em cada país e com distintos níveis de produtividade dentro de cada setor (SHAIKH, 1991, p. 214–216). Desta forma, o argumento “empírico” de Mandel não teria sustentação, dado que o movimento por trás do processo de formação de uma taxa mundial de lucros seria o da lucratividade setorial com os mesmos setores nos distintos países, e não o das lucratividades agregadas a nível nacional de uns países com os outros. Qualquer eventual ilustração empírica do processo de formação da taxa geral de lucros em escala internacional precisaria ter em vista o movimento relativo das taxas de lucro dentro dos distintos setores ou ramos em cada país (e não entre as taxas médias dos distintos países).

No caso da afirmativa de Félix (2021) de que os fluxos internacionais de capitais estariam restritos a “espaços imperialistas”, o argumento implícito é o de que esta restrição da exportação de capitais às áreas de influência de cada país imperialista impediria uma mobilidade “plena” do capital, e com isso inviabilizaria o processo de formação da taxa geral de lucros em escala internacional. Entretanto, não existe qualquer necessidade de “mobilidade plena” de capitais, ou mesmo de certo nível mínimo de mobilidade (de fluxos de capitais) para que ocorra o processo de formação da taxa geral. O impulso do capital em direção às maiores lucratividades, que é a base do movimento de formação da taxa geral, pode expressar-se em formas diversas, tais como redução de investimentos (ou no seu ritmo de crescimento), formas de financiamento, e mesmo nas variações das taxas de juros. Desta forma, mesmo que a restrição da exportação de capitais a “áreas de influência” das distintas potências industriais confirme-se na realidade (em qualquer grau), isto não forneceria obstáculo para o processo de

formação da taxa geral em nível internacional. Ao contrário, os movimentos de exportação de capitais nos “espaços imperialistas”, ou seja, dos países industriais para suas áreas de influência na periferia dependente, apenas acelerariam o processo de nivelamento das lucratividades setoriais nas regiões envolvidas, contribuindo assim para o processo de formação da taxa geral de lucros em nível internacional. Desta maneira, o argumento de [Féliz \(2021\)](#) contra a possibilidade de uma taxa geral de lucros a nível internacional, assim como o de Mandel, não encontra sustentação em termos teóricos. Não há nenhum fator estrutural que bloqueie esta tendência em seu desenvolvimento, ainda que possam haver obstáculos e contradições. A teoria dos preços de produção de Marx, desta forma, constitui uma representação do mercado mundial mais adequada e realista, por expressar uma tendência objetiva de seu movimento geral, do que outras formulações que ignorem este movimento¹⁵.

O segundo ponto a ser analisado, conforme apontado anteriormente, é a questão da distribuição espacial das distintas composições do capital. Na tradição da teoria marxista da dependência, em especial em [Marini](#), subsiste a visão de que a constituição do mercado mundial capitalista a partir da expansão do capitalismo na Europa teve como aspecto fundamental a integração de uma periferia dependente, caso em particular da América Latina, com o surgimento de uma grande demanda por alimentos e matérias-primas pela grande indústria europeia (e, posteriormente, estadunidense). O atendimento a essa demanda operou e opera nas economias dependentes como uma força a direcionar partes substanciais de sua produção e do emprego de capitais e força de trabalho, dando a estas economias seu caráter prioritariamente primário-exportador. Este caráter não foi fundamentalmente alterado pela industrialização observada na periferia ao longo do século XX, embora esta tenha ampliado a complexidade dessas economias.

Segundo [Féliz \(2021\)](#), no processo de formação desta periferia dependente e sua integração ao mercado mundial capitalista a partir da demanda dos países industriais por alimentos e matérias-primas, não haveria qualquer razão “intrínseca” para acreditar que a composição dos capitais que operam nesta periferia fosse mais baixa do que a composição dos capitais que operam nos países industriais.

Podemos apontar ao menos três razões “intrínsecas” para que as composições dos capitais que operam na periferia sejam mais baixas.

¹⁵Seria tema de outra pesquisa investigar em que medida a abordagem de [Féliz \(2021\)](#) está presa em um tipo de nacionalismo-metodológico. Ficamos com [Pradella \(2015; 2022\)](#), que reivindica que a teoria marxiana do valor revela um processo inerentemente internacional e mundializado.

A primeira está no sentido do progresso técnico tendencial no capitalismo conforme apontado por Marx. Os capitalistas têm o incentivo do mais-valor extra para buscar aumentos de produtividade, e aqueles capitalistas que não o fazem num primeiro momento são forçados a isso através da concorrência. Neste processo, em especial após a constituição da chamada cooperação orgânica dentro da grande indústria, os avanços de produtividade tendem a se expressar em substituição de trabalho humano vivo por trabalho mecanizado (trabalho morto), ao contrário, por exemplo, da forma como foram retratados por Adam Smith os avanços de produtividade, ali associados à divisão do trabalho. Com isso, setores onde os aumentos de produtividade foram os mais substanciais, também são setores onde a composição do capital tende a crescer mais substancialmente, e este é o caso da grande indústria da qual se origina a demanda por matérias-primas que vai ser a base do desenvolvimento de uma periferia capitalista no mercado mundial. Os avanços substanciais de produtividade combinados com o crescimento da composição do capital na grande indústria decorrentes das tendências de concentração e centralização do capital vão gerar as chamadas “barreiras à entrada” (não necessariamente decorrentes de monopólios). A magnitude mínima do capital capaz de concorrer num determinado ramo da produção capitalista cresce a ponto de impedir que capitais menores ingressem, reduzindo substancialmente o número de potenciais concorrentes dentro do ramo. Considerando o mercado mundial, tem-se que os capitais mais jovens e menos concentrados na periferia (ou, mais precisamente, de menor magnitude) são incapazes de ingressar em setores mais antigos e mais concentrados dominados pelos capitais dos países industriais, que são justamente, pelo sentido geral do progresso técnico sob o capital, setores de maior composição. Exemplos desse tipo de situação são inúmeros e vão desde a produção de automóveis até a de microchips, setores que em geral são inacessíveis aos capitais dos países periféricos, mesmo quando auxiliados por barreiras tarifárias e intervenção estatal.

Uma segunda razão a ser apontada é a própria superexploração da força de trabalho. O fato desta ser ela própria resultado da condição de dependência não impede que ela gere suas determinações particulares para o padrão de reprodução da economia dependente¹⁶. A remu-

¹⁶Aqui estamos diante de um processo que se inicia como meramente histórico (uma vez que, na constituição da relação de dependência, não é possível apontar a superexploração como algo já dado), mas posteriormente parece realimentar-se, aprofundando-se. De todo modo, não parece haver dúvidas que os capitais da periferia apresentavam composições mais baixas do que aquelas observadas nos países centrais no início da integração da periferia dependente ao mercado mundial.

neração tendencial da força de trabalho abaixo do seu valor, um dos principais aspectos da superexploração, tem um impacto diferenciado nos distintos setores da economia. Os setores de composição do capital mais baixa são mais beneficiados por esse movimento, enquanto os setores de composição mais alta são menos impactados. Em suma: a queda no nível salarial pode até beneficiar todos os capitalistas (em um sentido direto, imediato, de redução dos “custos”), mas beneficia mais aqueles cuja proporção dos gastos com salários em relação ao capital total adiantado é maior, do que aqueles onde a proporção dos salários dentro dos seus “custos totais” é menor. Ou seja, as reduções salariais beneficiam mais os setores “menos tecnológicos”, e menos aqueles cuja produção é mais sofisticada, e os custos da maquinaria / trabalho morto são mais relevantes.

A questão, entretanto, não é apenas “quem ganha mais?”. A produção capitalista é caracterizada também pelo fato de que a lucratividade geral na economia tende a nivelar-se. Toda vez que um setor qualquer apresenta uma lucratividade acima da média, ocorre uma migração de capitais para estes setores mais lucrativos. Se os capitais dos setores mais atrasados, diante de um achatamento salarial, vão obter uma lucratividade relativamente maior, por outro lado os capitais dos setores de tecnologia mais avançada vão apresentar uma redução da lucratividade (ao menos em termos relativos), o que implica na possibilidade de migração de capitais para os setores de composição mais baixa. Levando-se em conta adicionalmente que os capitais dos setores mais sofisticados em geral concorrem com produtos fabricados nos países centrais, onde não são sentidos os efeitos da superexploração (e os aumentos da taxa de lucros dela decorrentes), talvez não seja possível, devido à concorrência, praticar os preços necessários para a obtenção da nova taxa média de lucros (modificada pelo movimento de achatamento salarial), circunstâncias que apontariam, numa situação limite, para o fechamento de empresas de alta tecnologia (migração de capitais para setores de composição mais baixa)¹⁷.

Por fim, existe ainda a questão da preferência pela renda, ou pelos setores geradores de renda, existente na periferia. A demanda dos países industriais por alimentos e matérias-primas exerce um direcionamento da produção e dos capitais nos países periféricos. A existência da renda da terra e a possibilidade de sua eventual apropriação (ainda que parcialmente) pelos capitais envolvidos na produção destes setores per-

¹⁷ Este argumento baseia-se na lógica do exercício realizado por Marx no capítulo XI do livro III d' *O Capital*, onde é oferecido um exemplo completo e detalhado do mesmo ponto abordado aqui.

mite que parte do mais-valor que de outra forma seria transferido aos capitais de maior composição ou produtividade fique retido nos setores menos produtivos. Com isso, uma parcela proporcionalmente maior dos capitais existentes nos países periféricos é direcionada para estes setores geradores de renda (DE PAULA, 2022, p. 159–163). Entretanto, as mesmas determinações que permitem que uma parcela maior do mais-valor produzido internamente seja apropriada no próprio setor gerador de renda vis-à-vis os setores industriais na periferia (não geradores de renda), também levam a uma tendência de crescimento mais lento da composição do capital e maior lentidão no avanço tecnológico. O fato de que os sobrelucros apareçam na forma de renda (logo, muitas vezes apropriados pelos proprietários de terra e não pelos capitalistas), combinado com a necessidade de que nos setores geradores de renda os capitais reguladores (ao menos) tenham sua composição mais baixa do que a composição do capital social médio (base da constituição da renda absoluta), levam à tendência descrita por Marx de um atraso relativo da agricultura (MARX, 2017, p. 986–987; HARVEY, 2007, p. 362–366). No caso das economias periféricas dependentes onde exista esta preferência pela renda, aparece uma tendência de atraso relativo da economia nacional frente aos centros industriais (DE PAULA, 2022, p. 22).

Ademais há que se considerar o alerta que nos fez Marx n’ *O Capital*: os países exportadores de produtos primários (“grãos”) a preços baixos não o fazem necessariamente por produzi-los em terras mais férteis, ou com maior produtividade do trabalho, mas principalmente devido ao caráter unilateral do seu excedente. Estas regiões precisam importar do mercado mundial os produtos que, sob outras circunstâncias, precisariam produzir (numa proporção maior do que a observada nos países centrais). Como uma parcela desproporcionalmente grande (em comparação com os países centrais) de sua força de trabalho está empregada na produção de produtos primários, uma parcela também desproporcionalmente grande do seu excedente aparece na forma destes produtos (“grãos”), de modo que “na verdade, estas regiões vendem os seus produtos abaixo do valor e mesmo abaixo do preço de produção” (MARX, 2017, p. 889–890). Aqui, o enorme volume de produto excedente (a ser exportado) não deriva necessariamente de uma maior produtividade (ou composição do capital), mas da “forma unilateral do seu trabalho e, portanto, do produto excedente no qual este último se apresenta” (MARX, 2017, p. 890). Uma comparação do peso dos produtos primários nas pautas de exportação do Brasil e do Reino Unido, por exemplo, comprovaria a atualidade desse *insight* de Marx.

Mas mesmo considerando a possibilidade de que os capitais mais produtivos dos setores agrário-exportadores (como soja, trigo etc.) e certos setores da mineração e extrativismo (petróleo) nos países dependentes possuam composição acima da composição social média, e mesmo considerando ainda a possibilidade adicional de que estes capitais tenham suas composições mais elevadas do que aquelas observadas nos mesmos setores nos países centrais, isto, por um lado, não garantiria de forma alguma que a composição dos capitais que operam num país periférico específico (e.g. o Brasil), vista de forma agregada, seja mais alta do que a composição dos capitais que operam num país central (e.g. os EUA). Além disso, tal fato, caso viesse a ocorrer, apenas confirmaria um aspecto central da relação de dependência: a constituição de uma divisão internacional do trabalho na qual o papel da periferia é o de fornecer alimentos e matérias-primas baratos para a indústria dos países centrais.

VI Considerações finais

Buscamos ao longo deste trabalho abordar a controvérsia contemporânea sobre a troca desigual. Instigados pelo artigo de [Félicz \(2021\)](#), que sugere que as teorias da troca desigual e da dependência devam ser atualizadas rechaçando a noção de transferências de valor via desníveis de produtividade, podemos resumir nosso argumento central da seguinte forma: que (i) a noção de troca desigual é imprecisa; e que (ii) a noção de transferência de valor é relevante e necessária.

A noção de troca desigual sugere que no intercâmbio entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou entre imperialistas e dependentes, os últimos se apropriam de menor quantidade de valor do que produzem e vice-versa. A *desigualdade* da troca a que se remete não é mais do que a *não equivalência* na relação de troca. O problema é que, embora a troca de equivalentes seja a norma sobre a qual objetivamente se ergue a circulação mercantil, a não equivalência, ou a divergência entre valores e preços, é antes regra que exceção. A diversidade concreta das composições dos diferentes capitais, assim como as influências diversas de uma série de mediações que se interpõem entre os valores e os preços de mercado, faz com que a distribuição desigual do mais-valor entre os distintos capitais seja a norma¹⁸. E isso tanto nas relações

¹⁸Entre as várias categorias mediadoras poderíamos destacar brevemente a diversidade dos tempos de rotação do capital, a formação da taxa geral de lucro (e dos preços de produção) e a influência das forças de oferta e demanda sobre os preços de mercado. Uma explicação sistemática desse ponto pode ser vista, por exemplo, em [Carcanholo \(2021\)](#).

“intra-setoriais” quanto nas “inter-setoriais”. A imprecisão da noção de troca desigual reside, portanto, em oferecer uma imagem segundo a qual apenas na relação entre países imperialistas e dependentes a equivalência é rompida.

Dito isso, é preciso agora esclarecer que o fenômeno capturado pelas teorias da troca desigual é, no entanto, real. Se no plano da mercadoria individual a norma de equivalência pode parecer rompida, no plano da totalidade ela se mantém. Mas não há razão para imaginar que a totalidade se encerre numa economia nacional. Ao contrário, Marx em diversos momentos de sua obra esclareceu a tendência universalizante do modo de produção capitalista, com o mercado mundial como plano no qual se desenrolam suas tendências (PRADELLA, 2015; 2022). Agora, se a produção dos países dependentes desempenha um papel na conformação do tempo de trabalho socialmente necessário, bem como, num plano mais concreto, na própria formação da taxa geral de lucro etc., e se, assim, a dialética produção / apropriação de valor cria condições para que parte do mais-valor produzido em países dependentes seja acumulado em países imperialistas, é a noção de transferência de valor que captura esta tendência de modo mais direto. Félix rejeita essa noção com base na ideia de que o valor não seria algo transferível, mas como discutido inclusive por Cleaver (2020), que ele mesmo reivindica, o valor só pode ser quantificado de acordo com circunstâncias (médias) sociais – o que significa dizer que, se o valor não é “transferível”, tampouco poderia ser dito como puramente produzido nos países centrais, a menos que a participação dos países dependentes no mercado mundial seja ignorada ou secundariamente integrada.

Se pensamos em enriquecer o debate marxista sobre a dependência à luz de contribuições contemporâneas, como com razão propôs Félix, um dos campos de interação positiva nos parece ser (para além daqueles já mencionados pelo autor) justamente com o conjunto de trabalhos que tem buscado desfazer a imagem muitas vezes aceita de Marx como um iluminista eurocêntrico, enfatizando sua crítica dialética ao domínio exercido pelo capital sobre a humanidade, em seu aspecto mundial (ao invés de nacionalista)¹⁹. Mas negar a operação da lei do valor em sentido mundial vai na contramão dessas propostas e se constitui, por isso, a nosso juízo, numa proposta infeliz.

¹⁹Cf., por exemplo, Pradella (2022) e Anderson (2019).

Referências

- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katálysis*, v. 12, p. 216–225, dez. 2009.
- AMIN, S. et al. *¿Cómo funciona el capitalismo? El intercambio desigual y la ley del valor*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.
- AMIN, S. et al. *Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual*. Ciudad de Mexico: Siglo Ventiuno Editores, 1990.
- ANDERSON, K. *Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ASTARITA, R. *Monopolio, Imperialismo e intercambio desigual*. Madrid: Maia Ediciones, 2009.
- ASTARITA, R. *Economía política de la dependencia y el subdesarrollo. Tipo de cambio y renta agraria en la Argentina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.
- BETTELHEIM, C. Intercambio internacional y desarrollo regional. In: AMIN, S. et al. (Ed.). *Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual*. Ciudad de Mexico: Siglo Ventiuno Editores, 1990.
- BREDA, D. *A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: o caso do Brasil entre 2000 e 2015*. Tese (Doutorado) — Instituto de Economia, Unicamp, 2020.
- CALIGARIS, G. Una reconstrucción del debate marxista sobre la fuente del plusvalor extra que apropian los capitales innovadores. *Ensayos de Economía*, v. 31, n. 59, jul-dez. 2021.
- CAPUTO, O.; PIZARRO, R. *Imperialismo, dependencia y relaciones economicas internacionales*. Santiago: Universidad de Chile, 1970.
- CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 191–205, jan-abr. 2013.
- CARCANHOLO, M. D. Valor e preço na teoria de Marx: o significado da lei do valor. In: MEDEIROS, J. L.; SÁ BARRETO, E. (Ed.). *Para que leiam O Capital: interpretações sobre o Livro I*. São Paulo: Usina Editorial, 2021.
- CARCANHOLO, M. D.; AMARAL, M. S. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, v. 34, n. 4, 2008.
- CARCANHOLO, R. *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 2.
- CLEAVER, H. *Rupturing the dialectic: the struggle against work, money, and financialization*. Boston: AK Press, 2017.
- CLEAVER, H. *Reading 'Capital' politically*. Londres: Calverts Press, 2020.
- DE PAULA, P. G. Renda da terra e dependência em Carrera: análise crítica e elementos para a formulação de uma visão alternativa. *Reoriente: estudos sobre*

- marxismo, dependência e sistemas-mundo*, v. 2, n. 2, p. 140–165, 2022.
- DUARTE, P. Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. *Nova Economia*, v. 31, p. 131–156, 2021.
- EMMANUEL, A. *Unequal exchange: a study of the imperialism of trade*. New York: Monthly Review Press, 1972.
- ENGELS, F. Prefácio da primeira edição. In: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*, livro II. Boitempo, São Paulo, 2014.
- FÉLIZ, M. Notes for a discussion on unequal exchange and the marxist theory of dependency. *Historical Materialism*, v. 29, n. 4, p. 114–152, dez. 2021.
- FRANKLIN, R.; BORGES, R. Transferências de valor e troca desigual no Brasil de 1995 a 2009. In: *XXV Encontro Nacional de Economia Política*. UFES – Evento virtual: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2020.
- HARVEY, D. *The limits to capital*. London / New York: Verso, 2007.
- IÑIGO CARRERA, J. Precios, productividad y renta de la tierra agraria: ni “términos de intercambio deteriorados”, ni “intercambio desigual”. *Realidad Económica*, n. 317, jul-ago. 2018.
- INOMATA, S.; TAGLIONI, D. Technological progress, diffusion, and opportunities for developing countries: lessons from China. In: DOLLAR, D. et al. (Ed.). *Global Value Chain Development Report 2019: technological innovation, supply chain trade, and workers in a globalized world*. Geneva: World Trade Organization, 2019.
- KATZ, C. Intercambio desigual en Latinoamérica. *Problemas del Desarrollo – Revista latinoamericana de Economía*, v. 20, n. 79, 1989.
- KVANGRAVEN, I. H. Beyond the stereotype: restating the relevance of the dependency research programme. *Development and Change*, v. 52, n. 1, p. 76–112, 2021.
- LEITE, L. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx*. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, 2017.
- LEITE, L.; ALVES, M. Troca desigual, deterioração dos termos de troca e superexploração: quais os nexos causais? In: *XXVII Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2022.
- LUCE, M. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Ed.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, R. M. *The dialectics of dependency*. Nova York: Monthly Review Press, 2022.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política – livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política – livro 3: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MORAES, I. A.; ALMEIDA, H. Teoria marxista da dependência e superexploração da força de trabalho: história e debate atual na América Latina. *América Latina en la Historia Económica*, v. 21, n. 1, 2021.
- NETO, J. M. B. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Revista Crítica Marxista*, v. 33, p. 83–104, 2011.
- OCAMPO, J. A.; PARRA, M. A. The terms of trade for commodities since the mid-19th century. *Revista de Historia Económica*, v. 28, n. 1, p. 11–43, 2009.
- OFFIONG, D. A. *Imperialism and dependency: obstacles to African development*. Washington, DC: Howard University Press, 1982.
- OSORIO, J. Sistema mundial e formas de capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 1, p. 494–539, 2016.
- OSORIO, J. Ley de valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 47, mai-ago. 2017.
- PRADELLA, L. *Globalization and the critique of political economy: new insights from Marx's writings*. Abingdon: Routledge, 2015.
- PRADELLA, L. Imperialismo e desenvolvimento capitalista em *O Capital* de Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 62, jan-abr. 2022.
- RHO, M. G.; BRANCA, A. Una revisión de las críticas a las teorías marxistas de la dependencia: Ruy Mauro Marini y los estudios sobre Chile. *Izquierdas*, n. 47, p. 79–96, ago. 2019.
- RODNEY, W. *How Europe underdeveloped Africa*. [S.l.]: Verso Trade, 2018.
- SAMUELSON, P. Insight and detour in the theory of exploitation: a reply to Baumol. *Journal of Economic Literature*, v. 12, n. 1, mar. 1974.
- SANTOS, T. d. The structure of dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231–236, 1970.
- SHAIKH, A. *Valor, acumulacion y crisis: ensayos de economía política*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991.
- SHAIKH, A. *Capitalism: competition, conflict, crises*. Oxford (UK); New York (US): Oxford University Press, 2016.